

HABEAS CORPUS Nº 570.767 - SC (2020/0080161-4)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : RUAN PADILHA (PRESO)
PACIENTE : EDUARDO HENRIQUE DA CRUZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** com pedido liminar impetrado pela Defensoria Pública em favor de RUAN PADILHA e EDUARDO HENRIQUE DA CRUZ contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina** no julgamento da Apelação n. 0000346-76.2019.8.24.0054.

Na hipótese, o impetrante aponta constrangimento ilegal na aplicação de forma cumulativa de majorantes especiais sem fundamentação e de forma desproporcional. Afirma, ainda, que "justificar a cumulação não se trata de “mera faculdade do juiz”, haja vista que houve “violação ao parágrafo único do art. 68 do Código Penal e ao dever de fundamentação”, e se requer, em caráter **liminar**, a concessão da ordem para suspender os efeitos da condenação em relação ao excesso ora impugnado, até julgamento final do **writ**.

No mérito, pugna pelo afastamento da incidência da majoração de 1/3 pelo concurso de pessoas (CP, art. 157, § 2.º, II) na terceira fase da dosimetria penal do crime de roubo, mantendo a incidência exclusiva da causa especial de aumento de pena em decorrência do emprego de arma de fogo (CP, art. 157, § 2.º-A, I), com a consequente redução da pena definitiva imposta aos pacientes.

É o breve relatório.

Decido.

Diante da hipótese de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do **fumus boni iuris** e do **periculum in mora**, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do **Parquet**.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer
Relator